

DO YOU WANT TO PLAY? REFLECTIONS ON CHILDHOODS IN THE CONSUMER SOCIETY

Andreia Mendes dos Santos*¹

Resumo: O artigo versa sobre as infâncias contemporâneas, na discussão das transformações sociais que impõem às crianças um cotidiano reduzido de brincadeiras e cerceado da utilização de espaços públicos, cristalizando o aumento da exposição das crianças à televisão e outras tecnologias. Fatores como violência urbana, falta de tempo e as impermanências da vida cotidiana tem se destacado como inibitivos da utilização das cidades, delimitando também brincadeiras coletivas, alterando a cultura e as rotinas das infâncias e impondo as crianças a ocupação de tempos em atividades extras ou de ficarem por períodos prolongados expostas as mídias e, portanto, num franco processo de assédio pela sociedade do consumo. Como pressuposto teórico, o percurso adotado utiliza o suporte teórico dos autores Postman, Corsaro e Sarmento, para discutir as infâncias; Pais e Certeau, acerca do cotidiano, Baudrillard e Bauman, em referência a sociedade de consumo. Como inspiração, utiliza-se dados de uma pesquisa desenvolvida com 425 crianças na cidade de Porto Alegre/RS de onde foi possível a análise de que o impacto da sociedade de consumo nas infâncias é a erosão dos vínculos, a fragilidade das relações e a instabilidade do consumo que, mesmo superdimensionado, não promove o patamar de satisfação, bem-estar e pertencimento às crianças.

Palavras-chaves: Infância. Sociedade do Consumo. Cotidiano.

Abstract: The article deals with contemporary childhood, in the discussion of social transformations that impose a reduced daily life of playing and use of public spaces by children, crystallizing an increase in the exposure of children to television and other technologies. Factors such as urban violence, lack of time and impermanences of daily life have been highlighted as inhibitive to the use of cities as well as delimiting collective playing, changing the culture and routines of childhood and imposing to children the necessity of spending time in extra activities or a prolonged exposure to the media and, therefore, to frank harassment by the consumer society. As a theoretical assumption, the adopted course uses the theoretical support of the authors Postman, Corsaro and Sarmento in order to discuss the childhoods; Pais and Certeau, the daily life; Baudrillard and Bauman, in reference to consumer society. As inspiration, it is used data from a research made with 425 children of the city of Porto Alegre / RS, in which it was possible to analyze that the impact of the consumer society on childhood is the erosion of bonds, the fragility of relationships and instability of the consumption that, even if oversized, does not promote the level of satisfaction, well-being and belonging to the children.

Key-words: Childhood. Consumer Society. Daily life.

* Programa de Pós-Graduação em Educação. Escola de Humanidades. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: andreia.mendes@puccrs.br.

Notas introdutórias

Intensas transformações sociais ocorreram no final do século XX e início do XXI, alterando as maneiras como as sociedades se organizam, afetando diferentes esferas da vida pública e privada. As origens destas transformações são variadas, mas o impacto por elas produzido se inter-relaciona e atinge diretamente as infâncias contemporâneas. Desde a época em que o entendimento sobre as crianças era delas como adultos em miniatura (ARIÈS, 1881), muitas configurações se sobrepuseram até que a criança fosse reconhecida como um sujeito de direitos e a infância considerada uma categoria social.

Estudiosos das infâncias, como Philippe Ariès, Colin Heywood, Peter Stearns e Neil Postman denunciaram que essa trajetória social possui características cíclicas e nada linear, num processo dialético de idas e vindas. Para eles, apesar do inegável início da vida pelas crianças, não é encontrado consenso quanto a concepção da infância, todavia observam certa harmonia sobre a necessidade de cuidados especiais às crianças que se encontram na infância. Já na contemporaneidade o estatuto da infância se fortalece e esta é então substituída pelas infâncias, absorvendo a pluralidade destas concepções e também das linguagens produzidas pelas crianças na alteridade de suas experiências infantis, que produzem diferentes culturas e reproduzem diversas representações sociais. Assim, e em acordo com este pressuposto, neste texto as infâncias serão aqui consideradas como plurais.

Mesmo assim, as mudanças sociais ainda assombram as infâncias. Para Sarmiento, tomando-se em referência a sociologia da infância, esta convive com sua permanente reinstitucionalização no âmbito do plano estrutural e simbólico. No primeiro isso ocorre através da criação de instâncias públicas de socialização, na prestação de serviços de cuidados, proteção e estímulo ao desenvolvimento da criança e na aparente valorização dos saberes infantis; enquanto que, no plano simbólico, a reinstitucionalização ocorre por meio “de um certo número de normas, atitudes procedimentais e prescrições nem sempre tomadas expressamente por escrito ou formalizadas, mas que condicionam e constroem a vida das crianças na sociedade” (2004, p. 03). Sarmiento e Marchi (2012) alertam que, na segunda modernidade, a infância não é imune ao desenvolvimento da “sociedade de risco”, pois esta dimana da emergência contemporânea de novos dilemas diretamente ligados ao processo de modernização, “incluindo as características sociais e as biografias estandartizadas, os

estilos de vida e as maneiras de amar, as estruturas de influência e de poder, as formas de dominação e de participação política, as concepções da realidade e normas do conhecimento” (p.05).

Seria esta a crise social em relação às infâncias discutida por Postman (2005), Corsaro (2011), Kramer (2011) e Kohan (2010)? Para eles a imagem das crianças vem sendo relacionada com de crianças-problemas, nos remetendo a indagação sobre a permanente representação social em relação as crianças, ainda expressas através de significações ideológicas de desvalor em relação a infância, onde o *devir-criança*² ainda não é garantido, comprometendo também a hegemonia dos direitos e a cidadania das crianças.

Como primeiras definições, adotamos a concepção de que a infância não é “simplesmente” uma etapa biológica que perdura até cerca de 12 anos de idade³, tampouco se restringe numa preparação para a vida adulta. Infância é aqui concebida como uma construção social (SARMENTO, 1997) e as crianças são reconhecidas como atores que produzem culturas (CORSARO, 2011). Portanto, suas experiências, trajetórias, expectativas e conflitos são importantes demandas sociais. Entender como a infância e a criança são compreendidas e apreendem sobre a sociedade possibilita também a inserção da mesma neste contexto.

Como parte da constituição da sociedade, na atualidade, as situações de vulnerabilidade social caracterizam grande parte dos contextos de inserção da infância no país, o que inscreve um cuidado e o entendimento do significado das situações de marginalidade de condições de vida bastante empobrecidas, que acabam por englobar diferentes núcleos de convivência da criança (BOMTEMPO; CONCEIÇÃO, 2014, p. 494).

² O conceito de devir-criança é próprio de Deleuze e Guatarri e refere-se à alteridade da criança na infância. O devir criança não se relaciona com o vir a ser adulto, trata-se do lugar da criança (ABRAMOWICZ, 2003).

³ No Brasil, pela definição do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. Pela lei, a criança inclui-se nos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, com atenção à sua proteção integral, assegurando-lhes todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>.

O que se observa é que são diferentes as razões que têm levado as crianças a ficarem períodos prolongados em frente à televisão; fato é que para alguns ela é um passatempo, para muitas famílias uma estratégia para que as crianças fiquem a salvo da violência das cidades ou ainda, como uma espécie de companhia, entre outros. Neste texto, toma-se como ponto de inflexão a maneira como as crianças vivenciam a mídia, a partir do objetivo de discutir as questões implicadas no consumo e no consumismo infantil. Se na contemporaneidade somos tratados pelo “remédio” do consumo, adotamos Jean Baudrillard e Zygmunt Bauman para discutir a questão.

No cotidiano, a partir de José Machado Pais e Michel de Certeau, diferentes razões que têm levado as crianças a ficarem períodos prolongados em frente à televisão; fato é que para alguns ela é um passatempo, para muitas famílias uma estratégia para que as crianças fiquem a salvo da violência das cidades ou ainda, esta se configura como uma espécie de companhia, entre outros. Toma-se como ponto de inflexão a maneira como as crianças vivenciam cotidianamente a mídia, a partir do objetivo de discutir as questões implicadas no consumo e no consumismo infantil. Admitimos a gravidade desta questão, pois entre as crianças, o impacto desta experiência poderá alterar seus valores, hábitos, gostos e até suas relações. Segundo a Organização Mundial de Saúde, apenas 30 segundos de propaganda já são suficientes para exercer forte influência sobre as elas, pois transforma os produtos anunciados em necessidades, portanto, conferindo-lhes significado; de outro lado, as famílias apontam que as propagandas capturam as crianças (SANTOS, 2009).

Como inspiração, são utilizados quatro indicadores extraídos de uma pesquisa desenvolvida com 425 familiares de crianças na cidade de Porto Alegre/RS. Os dados foram obtidos através de questionários e entrevistas sobre hábitos infantis em relação ao consumo, quais sejam: a) 35,8% das crianças porto-alegrense estavam acima do peso, sendo que aproximadamente 14% com diagnóstico de obesas; b) a prevalência de crianças que nunca assistem televisão é de menos de 1% enquanto que cerca de 72% delas ficava aos cuidados desta “babá eletrônica” por tempo médio superior a três horas por dia; c) cerca de 75% (N=318) dos pais e responsáveis indicaram que a propaganda preferida das crianças estava relacionada à alimentação e, entre as justificativas despontava o uso de personagens (super-heróis) ou pessoas famosas (jogadores de futebol, por exemplo) e o fato de estarem relacionadas à sensação de aventura e força e d) 80% dos pais e/ou responsáveis informaram que é hábito das crianças solicitarem

produtos visto nas propagandas, enquanto que mais de 75% deles confirmam atenderem ao pedido das crianças (SANTOS, 2009).

A infância contemporânea e a questão social

Segundo dados do Observatório da Criança e do Adolescente em 2017 no Brasil a população infantil aproximava-se de 60 milhões de crianças e adolescentes, representando cerca de 24,2% dos brasileiros, o que as identifica como uma importante parcela da sociedade. Ao nos aproximarmos do modelo adotado pelos países comprometidos com o desenvolvimento sustentável, ainda que fossem um grupo minoritário, as crianças deveriam ser protagonistas de diferentes políticas sociais⁴ na intenção de reduzir as expressões das desigualdades sociais. Neste sentido, as crianças constituem a questão social⁵ porque são parte da sociedade e sua precedência é produto da posição de sujeitos vulneráveis aos próprios desafios do social. Assim, o abandono, os maus-tratos, a violência, a falta de diálogo, a obesidade infantil, o infanticídio, o aumento dos casos de suicídio na infância, o não protagonismo da criança, a invisibilidade social (SANTOS, 2013), a evasão escolar e a falta de direitos políticos (entre outros), se constituem em expressões da questão social que se referem as infâncias as quais, historicamente, já padecem por uma forte relação com exclusão social (SARMENTO, 2002).

Na contemporaneidade as infâncias nos desafiam porque suas inserções ocorrem no âmbito dos discursos e, apesar do reconhecimento de movimentos que incrementaram as infâncias nas diferentes agendas, as crianças ainda encontram-se marginalizadas nas práticas sociais. Se como campo epistemológico, a infância tornou-se pauta de diferentes áreas, como a educação, assistência, saúde, judiciário e até da economia, visto as crianças terem sido “descobertas” como potenciais consumidores

⁴ De acordo com Behring (2009), as políticas sociais são “processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e Sociedade civil, no âmbito dos conflitos e lutas de classe que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, nos seus grandes ciclos de expansão e estagnação (p. 304). Neste sentido as políticas sociais são uma ferramenta primordial utilizada pelo Estado para a promoção do bem-estar social.

⁵ Questão Social compreendida como uma produção compulsória da sociabilidade capitalista que se relaciona diretamente com as produções das desigualdades social (NETTO, 2012), tendo – portanto - sua gênese constituída a partir da dialética entre o coletivo e o privado e reproduzidas nos movimentos contraditórios típicos das relações sociais (IAMAMOTO, 2010).

(SANTOS; GROSSI, 2007), no âmbito social não caminhamos na mesma direção. Segundo Sarmento (s/d)

a modernidade configurou a norma social da infância, que podemos compreender como uma administração simbólica da infância expressa pela criação de regras, pela fundação de instituições e formulação de princípios e orientações. Essa norma é definida pelo princípio da negatividade da infância, ou seja, por um conjunto de interdições e prescrições que negam ações, capacidades ou poderes às crianças: elas não votam, não podem ser eleitas, não sabem e, por isso, têm de estudar; elas não se casam, não pagam impostos, não trabalham, não tomam decisões relevantes e não são puníveis por crimes (p. 18-19).

Nesta seara, ainda outros dois autores contribuem para compreendermos a conjuntura atual sobre as infâncias: Neil Postman, creditando a infância como uma invenção da modernidade, e Willian Corsaro, questionando a possível passividade atribuída pela sociologia às crianças. A partir do primeiro recuperamos a história e analisamos o impacto das novas tecnologias nas infâncias e, pelas mãos de Corsaro, questionamos as culturas infantis. Segundo Postman, o surgimento da prensa tipográfica, no Século XVI por Gutenberg, e a invenção da televisão, em 1925, promoveram reações antagônicas nas relações entre o mundo adulto e o infantil. A primeira permitiu o acesso ao mundo do conhecimento, ainda que estrito aos que liam e escreviam. Na época a criança e o adulto eram diferenciados pela habilidade da leitura, o que contribuiu para a ampliação da necessidade da alfabetização, portanto também de investimentos em escolas. Depois da prensa vieram o telégrafo, a máquina fotográfica, o telefone, o fonógrafo, o cinema, o rádio e a televisão, entre outros, que desenvolveram uma revolução gráfica e fizeram emergir um mundo simbólico, acatando-se que a imagem produzida em massa mudou consistentemente a forma de informação. Em especial a televisão (POSTMAN, 2005), e posteriormente a internet, adentrou nos lares disseminando diferentes conteúdos, muitos até então interditados às crianças, derrubando inúmeras barreiras entre os mundos adulto e infantil.

Pela Sociologia da Infância, as crianças se envolvem e apropriam-se de informações do mundo adulto produzindo ativamente mudanças culturais.

[...] as crianças não se desenvolvem simplesmente como indivíduos, elas produzem coletivamente culturas de pares e contribuem para a reprodução de uma sociedade ou cultura mais ampla [...]. É particularmente importante a ideia de que as crianças contribuem com duas culturas (a das crianças e a dos adultos) simultaneamente (CORSARO, 2011, p. 94-95).

A infância se caracteriza pelo seu processo criativo de "reprodução interpretativa", como uma espécie de "processo de socialização", quando as crianças não se limitam “à simples imitação ou à mera reprodução, mas envolvem-se com a criação e a participação em todo o processo de transformação, apropriando-se de informações do mundo adulto e construindo ativamente, por meio da produção e de mudanças culturais (SILVA, 2012, p.224).

Na modernidade líquida, a instância “cidade” é uma realidade multifacetada que pode ser definida como um espaço “real e representacional, como texto e como contexto, como ética e como estética, como espaço e como tempo, socialmente vividos e (re) construídos” (FORTUNA, 2001, p. 4), de lutas culturais, sociais e políticas. É o espaço das relações sociais, das rotinas, do imprevisto, da improvisação, do espontâneo, da convivência, dos encontros (SOBARZO, 2006). Seus espaços públicos – praças, parques ou ruas – são elementos fundamentais que dão suporte à vida em comum, nos quais ocorrem tanto manifestações e conflitos quanto encontros, intercâmbios, festas e celebrações. A cidade se apresenta como lócus da diversidade, o que possibilita a construção e o exercício da cidadania (DIAS; FERREIRA, 2015, p. 122).

O que se observa é que um novo dilema que se apresenta à infância na contemporaneidade é o enfrentamento das transformações sociais que modificaram e causam confusão tanto nos espaços públicos quanto privado, fóruns estes fundamentais à vida em comum e ao exercício da cidadania. Neste sentido, cabe delimitar o primeiro como constituído pelas coletividades e o privado enquanto o íntimo, formado pela criança, sua família e suas micro relações, contudo, ambos fundamentais para a construção da subjetividade da criança. A exemplo da desorganização na contemporaneidade, percebemos extremos da infantilização das crianças, conferindo-as um maior grau de dependência dos adultos e uma recusa a infância, parecendo desinteressadas em descobrir por si mesmas, o que o mundo lhes oferece para ser explorado e, em outros casos, como crianças “adultizadas”, ingressando precocemente na adolescência enquanto que os adultos parecem “infantilizados”, buscando nas crianças seus melhores amigos ou auxiliares em tarefas cotidianas como cuidar de seus irmãos.

No livro “A invenção do Cotidiano 2. Morar, cozinhar” obra de autoria de Michel de Certeau (2013), finalizado após seu falecimento por Luce Giard e Pierre Mayol, a partir da discussão entre o público e o privado, Certeau refere que transformações sociais, modificaram profundamente a vida “ordinária” em seus ritmos,

rotas e rotinas, alterando também diferentes práticas culturais, as relações e formas de convivência. Talvez, por isso, somos obrigados a concordar com Postman que não se trata do desaparecimento da infância, mas se ousa afirmar o desajustamento desta categoria social que tem imposto sofrimento às crianças e suas famílias.

Para que brincar? A televisão como babá-eletrônica

A base para a reflexão do uso de dispositivos como a televisão, videogame, *smartfone* e jogos *online* numa espécie de babá-eletrônica adota o cotidiano como categoria central, pois “o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente” (CERTEAU, 2008, p. 31). Entendemos que o cotidiano carrega em si o peso da história, é vivido no presente e relaciona-se ao tempo e a falta dele (*lufa-lufa quotidiana*) e, assim, a maneira como este cotidiano é sentido, percebido e vivido também tem reflexos na intimidade das relações sociais (PAIS, 2010) e na forma como nos organizamos.

“O cotidiano se institui na memória, como uma intrincada combinação entre espaço e tempo” (VEIGA-NETO, 2006, p. 123), portanto é uma produção humana que soma a arte deste cultivo, reprodução, mas também sua representação e está diretamente influenciada pela memória, que conjuga também a experiência e o sentimento. Neste sentido, é interessante recuperar, na história, a “*pseudo*” autorização dada as mães para se ausentarem dos lares (e dos cuidados dos filhos) frente a reestruturação produtiva, que as lançou ao ingresso do gênero feminino no mercado de trabalho (SANTOS, 2009) porém, desde então, a estrutura que se ocuparia em substituir (temporariamente) a mãe no lar, também sofreu diferentes alterações.

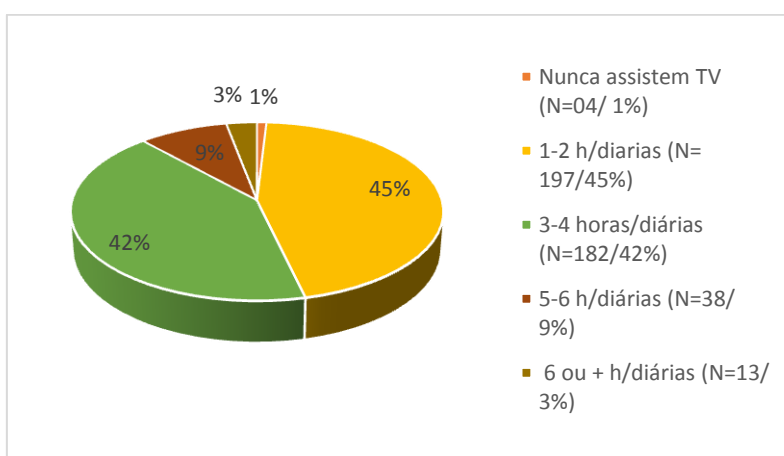
Posteriormente a globalização, analisada aqui pelo princípio da fábula (SANTOS, 2001), conjugando fantasias propagadas pela máquina ideológica e, portanto, tornando-se um tanto quanto frustrante, e a sua natureza perversa, que produz facilidades cotidianas, mas cobra com a fiel ameaça de exclusão social, responsabiliza-se por agudizar as relações entre trabalho-família-lar. O que se quer dizer é que se, por um lado, tanto as facilidades quanto os desejos tornaram-se latentes, o acesso a este produto torna-se cada vez mais volátil, refletindo na necessidade de múltiplas jornadas, bem como incentiva aquilo que Bauman traduziu como a liquidez das relações.

A este respeito, as consequências para as crianças são inúmeras. Do desamparo físico e emocional da família pulsante pela redução das vulnerabilidades, na instabilidade das cidades que as impedem de sair as ruas e brincarem livremente, especialmente delimitado pela (falta de) tempo e a violência urbana, a inversão da função da infância (adultizados e ocupados), a quebra do contrato com a infância, que se apresenta numa apatia em relação ao brincar e a substituição das brincadeiras pelos recursos tecnológicos vigentes, como a televisão, videogame, tablets e aparelhos celular.

No dia-a-dia contemporâneo o tempo dispendido à construção de novas habilidades tornou-se sobrepujante as principais atividades da própria infância, pois o imaginário social insiste em cobrar da infância uma preparação para a vida adulta, transformando esta etapa numa espécie de “centro de treinamentos”. O brincar é o principal trabalho da infância e é através deste que a criança se organiza, explora, simula, conhece e interpreta o mundo, de forma lúdica e espontânea. Com tempo e espaços cada vez mais ralos, as crianças dissimulam das brincadeiras tornando-se expectadoras do seu próprio desenvolvimento.

Para que brincar? A televisão tornou-se o amigo imaginário ideal, assumindo função que aniquila as próprias relações, capturando as crianças e distraíndo-as. Na pesquisa foi identificado que cerca de 72% das crianças ficavam aos cuidados desta “babá eletrônica“ por tempo médio superior a três horas por dia, num intervalo entre aquelas que nunca assistem TV e outras utilizam a televisão por mais de seis horas diárias, conforme a representação no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Nº de horas que as crianças assistem televisão por dia



Fonte: Adaptado de Santos (2009).

Sobre o tipo de programação consumida, foram categorizadas em três variáveis: programação infantil (incluindo-se séries), novela e filmes. Como a resposta previa múltiplas escolhas, não se trata de uma resposta de preferências absolutas, mas demonstra a preferência dos hábitos infantis, demonstrando que por livre arbítrio as crianças assistem mais programações infantis do que filmes e que as novelas apareceram como terceira possibilidade. Neste sentido faz-se aqui uma nova indagação: estariam então as crianças acompanhadas dos adultos quando a programação se distancia do contexto infantil?

A televisão vem suprindo a curiosidade infantil e encurtando o longo caminho da curiosidade e da descoberta, colaborando na construção de ansiedades decorrentes da estereotipia de conteúdos reais. Interrompe assim a fábrica do fazer (CERTEAU, 2008), impondo a prática do reproduzir e imitar, renegando a função da experiência para a invenção do cotidiano, portanto alienando o arcabouço cultural humano. Para Certeau (2008, p. 142) “para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza”.

O brincar para a criança legitima a sua experiência, dando sentido a tudo o que ela projeta, formula, infere e vivencia nas suas brincadeiras, constituindo verdadeiros “*patchworks* do cotidiano” (CERTEAU, 2008, p. 46). Reconhecemos o brincar como cotidiano da criança e nesta aproximação que propomos com Certeau, entendemos que a construção das alegorias cotidianas propostas pelo autor são a união dos variados elementos culturais que se apresentam neste cotidiano lúdico, resultando em algo novo. Assim, o brincar em épocas contemporâneas se modifica; em tempos de transformações, a invenção do cotidiano aloca a televisão como substituta das brincadeiras. Em “A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer”, Certeau (2008) utilizou a noção de bricolagem para retratar a arte de viver no mundo contemporâneo, onde os objetos disponibilizados pela sociedade de consumo, aqui representada pelas novas tecnologias, invade códigos culturalmente já estabelecidos e exige o improviso que brincar com a babá-eletrônica da televisão.

Propagandas para crianças: o impacto da sociedade de consumo na infância

Na pesquisa em que nos baseamos foi identificado que cerca de 75% (N=318) dos pais e responsáveis indicaram que a propaganda preferida das crianças estava relacionada à alimentação e apontaram que o uso de personagens (super-heróis) ou

pessoas famosas (jogadores de futebol e artistas, entre outros) e o fato das propagandas relacionarem o produto à sensação de aventura e força são os maiores atrativos. Outro dado interessante é de que 80% dos informantes reconheceram que é hábito das crianças solicitarem que os pais comprem os produtos vistos nas propagandas, enquanto que mais de 75% deles confirmam que atenderem a estes pedidos (SANTOS, 2009).

Para Bauman

E assim é numa sociedade consumista como a nossa, que favorece o produto para o uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea. A promessa de aprender a arte de amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que se deseja ardentemente que seja verdadeira) de construir a experiência amorosa à semelhança de outras mercadorias, que fascinam, seduzem e prometem desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultados sem esforços (BAUMAN, 2004, p.21).

Sociedade de consumo é o conceito utilizado quando nos referimos a sociedade contemporânea que se aproxima das condições anunciadas por Bauman (BARBOSA, 2014). Tal denominação é interessante, pois se distancia das denotações que se referiam a questão cronológica e histórica, caracterizadas por etapas *pré* ou *pós* épocas (como exemplo pré-histórica, pós-moderna) e inscreve de forma marcante e definida a questão do consumo como característica predominante da sociedade contemporânea.

A opção teórica adotada é por Jean Baudrillard que credita a sociedade de consumo um tipo específico de consumo, definido como o consumo de signo ou *commodity sign*. Para o autor o consumo, como aqui é debatido, impõe aos sujeitos a manipulação de objetos reconhecidos como determinados signos, num processo que assume conotações que independem de seus significados originais, mas que ganham expressão na medida em que confundem o real e a valorização da fantasia (SANTOS; GROSSI, 2007); colocando em cheque, inclusive, condições para a distinção entre a realidade e ficção. Dessa forma, é preciso pensar que a explosão da cultura na vida cotidiana, que caracteriza a pós modernidade, colabora para uma constante inflação dos signos, o que se reconhece e se expressa na brutal ampliação dos objetos de desejo para a satisfação do consumo. Numa análise, Baudrillard (2005) recorre a Marx, para fazer entender que se no desenvolvimento do capitalismo a noção de valor também estendeu à esfera do simbólico, na sociedade do consumo os conteúdos subjetivos, como os sentimentos, também passaram a fazer parte do domínio do valor de troca e são representados nos signos que o objeto adquire ao ser consumido. Para Bauman (2008),

nesta fratura entre fronteiras, os indivíduos também foram transformados em mercadorias.

Em nossos estudos identificamos que diferentes autores, como Bauman, Jameson e Baudrillard se ocupam em definir a cultura do consumo, definindo esta como a cultura da sociedade pós-moderna, localizando

uma relação íntima e quase casual entre consumo, estilo de vida, reprodução social e identidade, a autonomia da esfera cultural, a estetização e comoditização da realidade, o signo como mercadoria e um conjunto de atributos negativos atribuídos ao consumo tais como: perda de autenticidade das relações sociais, materialismo e superficialidade, entre outros (BARBOSA, 2014, p. 10).

Mesmo assim, ainda que numa sociedade de infinitas possibilidades, onde o consumo se encontra constantemente associados a distintos universos significativos os atos do consumo definem (e redefinem) a identidade do sujeito. Se o consumo exige percursos dialéticos de enfrentamentos em meio a processos de escolhas em relação a opção pelo objeto, a partir de uma decisão estratégica, que necessita da reflexão orientada do próprio consumidor, ele se constitui como importante elemento no processo de produção de subjetividades (RETONDAR, 2008); todavia, o consumo também

se caracteriza como uma forma contemporânea de “ação social” que se desdobra – tal qual nos termos desenvolvidos pelo próprio Weber –, em um tipo específico de relação social, definida a partir de um conjunto de significados que a envolvem e que se encontram partilhados por um grupo definido de consumidores. (...) A relação estabelecida entre o conjunto dos consumidores pressupõe uma relação intersubjetiva, na qual interesses, gostos e preferências, juntamente com as marcas e significados sociais que a acompanham, acabam se entrelaçando por intermédio da prática consumista (p. 145).

Dessa forma o consumo como “o remédio do século XXI” (SANTOS; GROSSI, 2007, p. 444), ou ainda numa espécie de possibilidade para que ocorra uma negação simbólica (RETONDAR, 2008) que mascara a produção de subjetividades, tornando quase que impossível a vivência simbólica da individualidade, reproduz o “indivíduo” como uma “construção social da modernidade” (p.147), aniquilando a individualidade, como que em resposta a metáfora de Horkheimer (1976) sobre o indivíduo na

modernidade, apontando esta última como “a máquina que expeliu o maquinista”. O que se observa é que o indivíduo hoje perambula perdido na modernidade.

Exemplos disso é a indicação do estudo que nos alicerça quando afirma que as crianças brincam menos a rua, as brincadeiras foram substituídas por afazeres extraclasse, a televisão tornou-se uma espécie de “babá-eletrônica e que as propagandas tornaram-se fontes de consumo” (SANTOS, 2009); além disso, o que também se observa é que as transformou em amigos; uma vez as crianças estabelecem vínculos como a programação, numa clara modificação a noção de afeto, numa clara demonstração de projeção de sentimentos.

A sociedade do consumo não dialoga com as crianças, ela impõe impacto as infâncias quando subtrai delas a possibilidade das descobertas, do gozo pela liberdade e criatividade. Frente tal realidade, o caráter subversivo que acompanha o consumo o qualifica como um campo de reprodução em franca “vantagem” frente as incertezas das relações que se estabelecem na vida cotidiana. Nestes tempos, as infâncias se veem desamparadas pela ausência de referências estáveis ao seu redor e, em muitas vezes, identifica nas mídias (e especialmente nas propagandas) seus principais modelos, que não sustentam nem legitimam a alteridade e a autonomia da criança.

À guisa de considerações finais

O emergente nesta discussão ainda são as incertezas que permeiam as infâncias, onde – apesar do crescimento de projetos societários de proteções - a vivência infantil tem sido atropelada pela desconstrução da cristalização das infâncias, tomando-as por uma espécie de mal-estar social que parece nascer no próprio mal-estar adulto. Exatamente por esta razão, é importante falar sobre as infâncias, trazendo para interlocução o reconhecimento do lugar da criança numa sociedade que visa a equidade e o desenvolvimento social.

Em tempos onde as impermanências superam de longe a estabilidade, em que a velocidade e a rapidez das mudanças tornam-se marcas do tempo e são normativas, as infâncias, que comportam em seu próprio processo de construção a transitoriedade, se vê desamparada pela ausência de referências estáveis ao seu redor e o paradoxal é que apesar de estarem cercadas de pessoas e compromissos por todos os lados, os espaços de sociabilidade das crianças de hoje foram transformados, ocorrendo - por exemplo - através das redes sociais, ocasionando uma espécie de ausência de privacidade e

forjando a própria intimidade. Neste processo, por vezes, a criança necessita ser continente de sua própria experiência, mesmo que ainda não esteja pronta para tal, gerando uma sensação de subjetiva solidão na criança, que acaba por ser sanada pelo desejo e, posteriormente, pelo consumo de signos identitários, que produzem uma sensação de pertencimento as crianças.

Se a sociedade contemporânea tem a marca do consumo, que aprisiona pela ilusão de finalmente acalantar o desejo imaginável, na infância ela ocupa duplo espaço. De um lado captura as crianças tanto no sonho da realização do desejo como também como objeto que gera o pertencimento entre pares (criança-criança), mas também é transgeracional (adulto-criança), desempenhando funções de inserção social e construção de identidade. Por outro lado, encanta os adultos que, na relação com as crianças, desenvolveram “dívidas” adquiridas pela imperativa ausência que se agravou com as transformações sociais, intermitentemente ocupando o adulto ou pela fascinação que emerge da proliferação de possibilidades de redes de conhecimentos.

Assim, a sociedade do consumo encontra nas infâncias um conveniente lugar de investimento (SANTOS, 2009). Brincar de quê? Para que brincar? São dúvidas para as crianças contemporâneas, que se veem impelidas a fluidez do cotidiano mutante. O impacto da sociedade de consumo nas infâncias é a erosão dos vínculos, a fragilidade das relações e a instabilidade do consumo que, mesmo superdimensionado, não promove o patamar de satisfação, bem-estar e pertencimento às crianças.

Referências

BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BAUDRILLARD, J. **Power inferno**. Porto Alegre. Brasil: Meridional, 2005.

BAUMAN, Z. **Vidas para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços Humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

[BOMTEMPO, Edda](#); [CONCEICAO, Mírian Ribeiro](#). Infância e contextos de vulnerabilidade social - A atividade lúdica como recurso de intervenção nos cuidados em saúde. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.** [online], v.34, n.87, p. 490-509, 2014.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CORSARO, W.A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DIAS, Marina Simone; FERREIRA, Bruna Ramos. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, v.17, n.3, p.118-133, RECIFE, SET./DEZ. 2015. Disponível em: <<http://www.rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/download/5150/4703>>. Acesso em: 27 set. 2018.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Rio de Janeiro: Ed. Labor do Brasil, 1976.

IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. **Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n.3, jan./jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

KOHAN, W.O. Vida e morte da infância, entre o humano e o inumano. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 125-138, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 15 abr. 2018.

KRAMER, S. Direito da criança e projeto político-pedagógico de educação infantil. In: KRAMER, S.; BAZÍLIO, L. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José. A questão social na América Latina. In.: **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano**. Maria Lucia Teixeira Garcia, Eugênia Célia Raizer (Orgs.). Vitória, ES: EDUFES, 2012. p. 83-111.

PAIS, J.M. O “Corre-Corre” cotidiano no modo de vida urbano. **TOMO**, São Cristóvão-SE, n. 16, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/521>>. Acesso em: 16 set. 2018.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Tradução: CARVALHO, S.M.A.; MELO, J.L. Rio de Janeiro: Graphia, 2005.

RETONDAR, Anderson Moebus. A (re) construção do indivíduo: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades. **Sociedade e Estado** [online], n.23, ene./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339930892006>>. Acesso em: 23 set. 2018.

SANTOS, A. M. dos. **Sociedade do consumo: criança e propaganda, uma relação que dá peso**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

SANTOS, A. M. & GROSSI, P. K. Infância comprada: hábitos de consumo na sociedade contemporânea. **Textos & Contextos Porto Alegre**, v. 6 n. 2 p. 443-454, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2327/3257>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

SANTOS, P.P. Educação, mudança, conforto e vulnerabilidade social – analisando artigos de opinião publicados na Folha de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 19, n. 38, p. 11-34, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/7895/5603>>. Acesso em: 26 set. 2018.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARMENTO, M.J.; MARCHI, R.C. Radicalização da infância na segunda modernidade: para uma Sociologia da Infância crítica. **Configurações** [Online], n.4, 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/configuracoes/498>>. Acesso em: 13 out. 2018.

SARMENTO, M.J. As crianças e as infâncias: definindo conceitos, delimitando o campo. In: **As crianças: contextos e identidade**. PINTO, M.; SARMENTO, M.J. Braga, Centro de Estudos da Criança/ Universidade do Minho, 1997.

_____. A emergência da Sociologia da Infância em Portugal. **Revista Educação: cultura e sociologia da Infância**. São Paulo: Segmento, p. 14-27, s/d.

_____; PINTO, Manuel. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto, Portugal: Edições ASA, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000141&pid=S0103-7307200800010001400030&lng=pt>. Acesso em: 24 set. 2018.

SILVA, Peterson Rigato. Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro. **Pro-Posições**, Campinas, v.23, n. 2, may./aug. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072012000200015>>. Acesso em: 28 set. 2018.

VEIGA-NETO, A. Memórias, tempos, cotidianos. LEITE-GARCIA, R.; ZACCUR, E. (Orgs.) **Cotidiano e diferentes saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.